

Brasília, 03 de abril de 1998.

Senhor Deputado,

Vimos à Vossa presença, encaminhar exemplar de nosso Boletim Informativo Ano VII – nº 41 de Jan/Fev 1998.

Neste exemplar chamamos a atenção de Vossa Excelência a duas questões da maior relevância: uma diz respeito à avicultura brasileira (editorial) e a outra (encarte), de interesse de todos os cidadãos brasileiros e refere-se à **REFORMA TRIBUTÁRIA**.

Em nosso ponto de vista a atual legislação tributária é muito complexa e uma simplificação traria, não só estímulo para crescimento de novos postos de trabalho nas empresas como diminuiria a sonegação, contribuindo assim para o equilíbrio fiscal.

A síntese da Proposta de Emenda Constitucional PEC nº 46/95, da equipe do Deputado Luiz Roberto Ponte, acreditamos venha atender a maioria dos desejos de nossa sociedade, pela sua amplitude e simplificação.

Queremos, nesta oportunidade única, de tão amplas reformas, pedir o Vosso importante apoio às questões aqui levantadas.

Respeitosamente,



ZOÉ SILVEIRA d'ÁVILA  
Presidente

**Exmo. Sr.**  
**Deputado Federal MARCELO DEDA**  
**Câmara dos Deputados**  
**Brasília – DF**

D:\WINWORD6\CARTA-SIMPLES\CTDEPUT100.DOC

SBN - Quadra 01 - Bl. I - Sobreloja - Palácio da Agricultura - Fones: (061) 226-6324 - 224-1400 - 224-1932

Fax: (061) 225-0961 - CEP 70040-000 - **Brasília - DF**

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1912 - 12º andar, Cj. 12-A - Jardim Paulistano - Fone: (011) 212-7666

Fax: (011) 815-5964 - CEP 01451-000 - **São Paulo - SP**

Home Page - <http://www.rudah.com.br/uba> - e-mail: [uba@rudah.com.br](mailto:uba@rudah.com.br)

**UBA****União Brasileira de Avicultura**

Brasília - DF

Janeiro/Fevereiro 98 Ano VII Nº 41

## Ministro recebe o presidente da UBA



O presidente da UBA, Zoé Silveira d'Ávila, acompanhado de empresários da avicultura, foi recebido em audiência pelo Ministro da Agricultura, Arlindo Porto, ocasião em que enfatizou a urgente necessidade de reequipamento das áreas de pessoal técnico daquele Ministério, na área da Secretaria de Defesa Agropecuária e, principalmente, na de inspeção de abate.

"O Brasil tem um enorme potencial de exportação de carne de aves", observou o presidente da UBA, lembrando que o País recebe freqüentemente a visita de missões sanitárias estrangeiras cujo objetivo é avaliar os plantéis avícolas, os sistemas de inspeção das

Da esquerda para a direita: Clóvis Puperi, Deputado Roberto Pessoa, Zoé Silveira d'Ávila, Ministro Arlindo Porto, Alfredo Felipe da Luz, Cláudio Martins, Fernando Furlan, Geraldo Silva Amorim e João Tomelin.

aves nas linhas de abate e os laboratórios de referência e controle. Por exigência dos países importadores, todas essas atribuições devem ser exercidas por funcionários da área federal, do Ministério da Agricultura.

Zoé Silveira d'Ávila ponderou ao Ministro que a não observância desses requisitos poderá colocar o Brasil fora do rol dos países que exportam para importantes mercados, como a União Européia e outros. "Consideramos essa situação muito séria e achamos que ela poderá trazer reflexos negativos nas áreas de produção e indústria, com conseqüências, inclusive, sociais e políticas", afirmou.

## Preço do milho pode subir

A produção brasileira de milho terá queda de 8,8% na safra 97/98. A previsão é do Diretor de Abastecimento do Ministério da Agricultura, Vilmondes Olegário, com base nos dados do terceiro levantamento da safra, realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). De acordo com os dados levantados, a safra atingirá 32,5 milhões de toneladas, sendo a estimativa para a safrinha de 5,2 milhões de toneladas. Isso elevaria a produção total brasileira para 35,7 milhões de toneladas.

De acordo com os cálculos de Vilmondes Olegário, o Brasil terá de importar cerca de 800 mil toneladas de milho em 1998 - mais que o dobro das 350 mil toneladas importadas no ano passado.

O estoque nas mãos do Governo, atualmente, é de 6,3 milhões de toneladas, mas a intenção da Conab é reter um máximo de 4,5 milhões de toneladas.

No que se refere ao consumo de milho no País, o Diretor de Abastecimento estima que em 1998 não haverá evolução significativa, situando-se em torno de 35,9 milhões de toneladas.

Segundo Vilmondes Olegário, o conjunto desses dados sinaliza que os preços do milho, neste ano, deverão subir em relação aos do ano passado. Porém, ainda não é possível estabelecer os parâmetros mais prováveis. O volume de alojamento (corte e postura) na avicultura será, como sempre, uma variável importante para a formação dos preços no mercado.

"A elevação nos preços do milho também vai estar fortemente condicionada pela importação de milho argentino - pondera. - Os argentinos estão anunciando uma produção de 16,5 milhões de toneladas, mas podem muito bem chegar a 18,5 milhões de toneladas."

Atualmente, o milho argentino está sendo cotado a US\$ 99 a tonelada, preço que deve se manter ao longo de março.



## Fundo cobre prejuízos com a Newcastle

A Associação Catarinense de Avicultura (ACAV) e a Associação da Indústria de Carnes e Derivados no Estado de Santa Catarina (AINCADESC) criaram e estão implementando um importante instrumento de defesa dos produtores avícolas para casos de aparecimento da Doença de Newcastle.

Trata-se de um fundo especial custeado pelos produtores e empresas avícolas, que funciona como um seguro. Ele garante ao avicultor o ressarcimento parcial ou total dos prejuízos, na eventualidade de que o seu plantel venha a apresentar a Doença de Newcastle e, conseqüentemente, condenado pelos órgãos de controle sanitário.

Como se sabe, o procedimento padrão dos órgãos de controle sanitário é a eliminação imediata do plantel avícola, seja de matriz comercial, matriz para a produção de pintinhos, perus ou frangos de corte.

A iniciativa da ACAV e da AINCADESC atende, assim, a duas necessidades: a de preservação da sanidade dos plantéis avícolas e a de preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos avicultores. O exemplo pode vir a ser seguido por outros estados.

### Editorial

## Ameaças à avicultura

Nenhum outro setor, como a avicultura, reúne o mesmo potencial para uma participação cada vez mais expressiva nas exportações e para uma presença cada vez marcante na mesa do brasileiro.

Todavia, o desempenho do setor vê-se fortemente ameaçado por dois fatores.

O primeiro deles diz respeito à atual política tributária do Governo. Há um evidente descompasso entre a realidade e o discurso reformista que, nos últimos três anos, temos reiteradamente ouvido das autoridades econômicas federais.

Tanto é verdade que aquela que poderia ser chamada de a reforma das reformas, pela sua importância e pela sua capacidade de mudar profundamente a atividade produtiva neste país, segue caminhando a passo de tartaruga. Referimo-nos, obviamente, à reforma tributária.

Algum tempo atrás, este parecia ser um tema da maior urgência para o Governo. Mas algumas mudanças no Imposto de Renda e a aprovação do IPMF foram suficientes para a questão da reforma tributária ser colocada em segundo plano. Hoje, se os diversos projetos sobre o assunto seguem sendo

debatidos no Congresso, isso se deve à insistência de alguns abnegados parlamentares.

O segundo fator se relaciona à defesa agropecuária e à inspeção sanitária do produto avícola brasileiro. Na área federal, são flagrantes as carências de pessoal técnico e de equipamentos para atuação nesses campos. Enquanto isso, as missões sanitárias de outros países, que nos visitam com o objetivo de avaliar nossa estrutura de fiscalização e controle de produção e abate de aves, exigem que o sistema de inspeção e controle seja exercido por funcionários federais.

Assim, neste momento, são duas as premissas básicas para que a avicultura brasileira não interrompa sua tão bem-sucedida trajetória de até aqui: a aprovação de uma política tributária justa, que não mais onere perversamente a produção de alimentos, e o urgente reequipamento dos quadros técnicos e dos laboratórios governamentais de referência e controle na área de inspeção e sanidade avícola.

Zoé Silveira d'Ávila  
Presidente da UBA

# UBA

**União Brasileira de Avicultura**

UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA

SBN Quadra 01 - Bloco F - sobreloja

Palácio da Agricultura

CEP 70040-000 - Brasília - DF

Tels. (061) 226-6324 - 224-1400 - 224-1932

Fax (061) 225-0961

Correio Eletrônico (Rede Internet):

UBA@cr-df.rnp.br

Internet: <http://www.rudah.com.br/uba>

Em São Paulo: Av. Brigadeiro Faria Lima,

1912 - 12º andar - Fone: (011) 212-7666

## UBA pede obras na BR 116

O Presidente da UBA, Zoé Silveira d'Ávila, oficiou ao Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, no último dia 17 de fevereiro, abordando a situação ruim da rodovia BR 116 e a necessidade de obras para sua recuperação e duplicação. Diz o ofício:

"Tendo em vista ser a BR 116, principalmente no trecho Curitiba/São Paulo, caminho obrigatório dos transportadores de produtos de frangos para abastecimento do País - pois 60% da produção nacional estão concentrados nos estados do Sul -, vimos expor a

V. Exa. nossa preocupação com o abandono de manutenção, excesso de tráfego e lentidão nas obras de duplicação.

Os motoristas que ali trafegam são verdadeiros heróis, enfrentando buracos e armadilhas, principalmente os caminhoneiros, no difícil trabalho de transportar as riquezas agropecuárias produzidas no Sul de nosso País.

Salientamos a V. Exa. a necessidade de medidas emergenciais e urgentes para os consertos necessários e aceleração da duplicação dessa importante e fundamental rodovia."



## Hugo Biehl crítica a política agrícola

A agricultura brasileira, em vez de poder modernizar-se e buscar efetiva competitividade, está com sua área plantada praticamente estável, numa crescente e perigosa descapitalização e perda de investimentos, comprometendo seriamente a capacidade de produzir e de exportar, além de tornar o suprimento interno mais dependente do mercado externo.

São afirmações do deputado federal Hugo Biehl, presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, reiteradas em artigos publicados nos jornais, e também objeto de seus pronunciamentos no Legislativo. Hugo Biehl usou como mote o fato de no ano passado a agricultura brasileira haver gerado um superávit comercial de US\$ 11,4 bilhões, enquanto a balança comercial como um todo amarga-

va um déficit global de US\$ 8,5 bilhões.

"Apesar disso - afirma o parlamentar -, o setor agrícola vive um pesadelo e parece ter esgotado sua capacidade de continuar contribuindo para o aumento da produção e do superávit comercial. Há evidências de que o País está chegando muito próximo do momento de ter que enfrentar um choque de produção agrícola, se nada for feito para recuperar a produção interna."

Na avaliação de Hugo Biehl, a política agrícola para a safra 97/98 insiste na mesma linha doutrinária anterior, considerando como solução a concessão de crédito de custeio e comercialização. "O problema da agricultura continua não sendo de ordem financeira, mas de ordem econômica - isto é, de falta de lucro para os agricultores", afirma.

Na opinião do parlamentar catarinense, mesmo que a remuneração das atividades agrícolas seja melhorada, já não se conseguirá fazer com que a agricultura obtenha os níveis desejados de produção. Para começar a dar uma pequena resposta, o setor demandará no mínimo um ano e meio. Admitindo-se que a safra que começa a ser colhida em março proporcione boa remuneração, ainda seria preciso esperar a colheita seguinte, em 1999, para uma resposta satisfatória.

Hugo Biehl cita como principais problemas da agricultura, hoje, a insegurança quanto aos preços na hora da comercialização, a falta de capital de giro, o endividamento, a descapitalização acentuada que inibe o plantio e o aumento da produtividade e, por fim, o sucateamento tecnológico.

# Maravilhas da Criação.



**GLOBOAVES**

*Avicultura com Tecnologia*

**MATRIZ:** CASCAVEL/PR: Rodovia BR 467 - Km 03 - Cx. Postal 857 - CEP 85811-750 - Fone (045) 225-2423 - Fax (045) 223 1686

**FILIAIS:** BIRIGUI/SP: Via de Acesso a Birigui, Km 0,436 - CEP 16200-000 Fone/Fax (018) 642-2118 -

CUJABÁ/MT: Rua B, Lote 92.93.94 - Distrito Industrial - CEP 78098-280 - Fone (065) 667-1252 - Fax (065) 667-2003



**MATRIZES, PINTOS DE CORTE E OVOS FÉRTEIS.**



# A produção de pintos de corte sofre primeiro recuo na década

Os dados ainda não foram integralmente computados, mas a APINCO verificou uma queda na produção brasileira de pintos de corte em fevereiro de 1998, comparada com a do mesmo mês no ano passado.

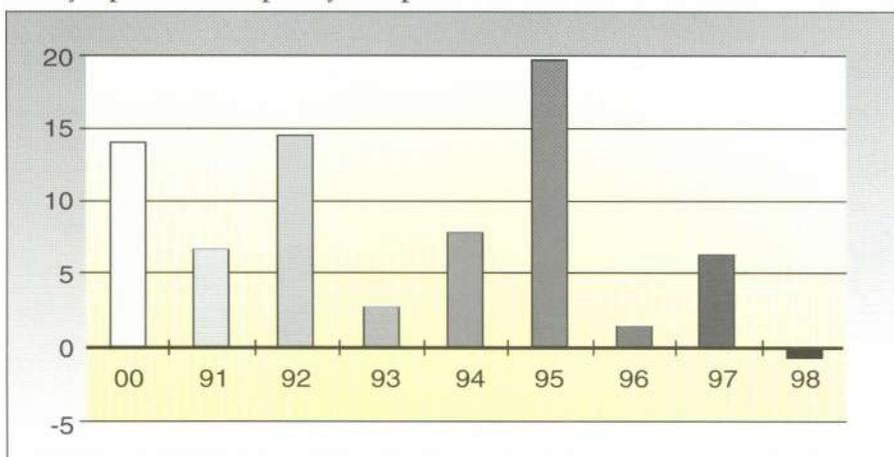
Mesmo que a produção seja igual à de fevereiro/97, a queda se confirma quando somada a produção dos dois primeiros meses de 1998, que deverá totalizar 436,4 milhões de pintos de corte, informa José Carlos Godoy, Secretário Executivo da APINCO. É o primeiro recuo na produção nesta década.

Inverteu-se, portanto, a curva registrada nos anos anteriores. Embora o primeiro bimestre de cada ano corresponda sempre ao pior período de comercialização e consumo

do frango, até agora a produção de pintos de corte vinha sempre apresentando crescimento em relação ao mesmo período do ano anterior. José Carlos Godoy afirma que o recuo na produção pode repetir-se nos bimestres seguintes – talvez mesmo no ano todo.

Entre 1990 e 1997, a produção brasileira de pintos de corte registrou crescimento de 76,6%. Apesar de no ano passado o alojamento de matrizes de corte ter aumentado 3,29%, as quebras de produtividade podem levar o setor a produzir menos em 1998. E, embora muitos incubadores estejam sendo diretamente prejudicados com essas quebras de produtividade, é possível que esteja aí a salvação econômica de toda a avicultura de corte.

*Variação percentual de produção no primeiro bimestre de cada ano – década de 90*



*Produção brasileira de pintos de corte - 1990 a 1997*

ANO	VOLUME (milhões)	VARIAÇÃO ANUAL	VARIAÇÃO SOBRE 1990
1990	1,621	9,9%	-
1991	1,819	12,2%	12,2%
1992	1,974	8,5%	21,7%
1993	2,112	7,0%	30,3%
1994	2,323	10,0%	43,3%
1995	2,537	9,1%	56,5%
1996	2,593	2,2%	60,0%
1997	2,863	10,4%	76,6%

Fonte: APINCO

## Nas exportações, balanço positivo

A Associação Brasileira dos Exportadores de Frango (ABEF) considerou positivo o balanço das exportações brasileiras de frango em 1997. De acordo com os números apurados pela entidade, foram embarcadas 649.346 mil toneladas do produto, gerando uma receita cambial de US\$ 875,838 milhões, FOB. O preço médio das vendas brasileiras situou-se em US\$ 1.348,79 por tonelada vendida no exterior. Significa que houve uma queda de US\$ 128,00 por tonelada (-9%). Em relação ao ano anterior, porém, houve crescimento de 14% na receita cambial.

Ao avaliar os números relativos às exportações, o Diretor Executivo da ABEF, Cláudio Martins, observou que o setor de frango continua liderando, com ampla vantagem, as exportações de carnes do Brasil. O frango participa com quase 60% do total da receita cambial gerada pelo setor de proteína animal, o que demonstra a pujança da avicultura brasileira de exportação. Outro dado importante mencionado por Martins é o fato de que a carne de frango situa-se entre os dez maiores produtos de exportação do País.

Outro indicador importante levantado pela ABEF diz respeito ao percentual de participação das exportações de frangos no volume total produzido. Em 1997, esse percentual foi de 14,5%, contra 14% em 1996. Esse crescimento discreto tem, no entanto, uma explicação: no ano passado, o consumo interno de carne de frango aumentou em 10%, chegando a 24 quilos *per capita*, o que coloca o Brasil como o oitavo maior consumidor de frango do mundo.



# Ovos: desempenho discreto em 97

O setor de postura registrou resultados bastante discretos em 1997, segundo José Carlos Teixeira da Silva, secretário executivo da APA – Associação Paulista de Avicultura. A produção brasileira foi de 12,6 bilhões de unidades – portanto, inferior em 20% à de 1996.

A queda na produção é atribuída à crise gerada depois de dezembro de 1994, pelo desequilíbrio entre os custos de produção e os preços pagos ao produtor, o que resultou na redução do alojamento de comerciais e no maior descarte de poedeiras.

No ano passado, o consumo *per capita* de ovos no Brasil foi de 82 unidades, um dos pi-

ores resultados da década. Dez anos atrás, cada brasileiro consumia 100 ovos por ano.

No que se refere à exportação, o Brasil vendeu lá fora 20 milhões de unidades de ovos e de produtos industrializados de ovos.

Para 1998, no entanto, José Carlos Teixeira da Silva prevê um incremento de 5% na produção de ovos, com base na elevação do alojamento de matrizes (+ 13,9%) registrada no ano passado.

Em 1997, o Brasil ocupou o nono lugar entre os produtores mundiais de ovos, ficando bem atrás dos países-líderes: China (328 bilhões de unidades), Estados Unidos (77,2 bilhões) e Rússia (32 bilhões).

## ALA se reúne em Brasília

Representantes dos dezessete países-membros da Associação Latino-Americana de Avicultura (ALA) estão definindo, em reunião nos dias 12 e 13 de março, em Brasília, uma agenda de trabalho para o comitê que vai fazer o acompanhamento do mercado internacional. Além dos delegados, também participam do encontro embaixadores desses países, acreditados em Brasília.

A criação do comitê de acompanhamento é uma resposta do setor avícola latino-americano às negociações para criação da Área de Livre Comércio das Américas, a partir do ano 2005. O setor quer preparar-se para um regime de concorrência forte, principalmente dos Estados Unidos, maior produtor mundial de frango, quando a ALCA estiver funcionando.

O Presidente da UBA, Zoé Silveira d'Ávila, é o primeiro vice-presidente da ALA, e cita, entre as vantagens da criação do comitê, o fato de cada país-membro poder analisar, em conjunto com os demais países, seus problemas de comércio internacional. O comitê também contribuirá para a harmonização de eventuais diferenças entre os países-membros. Na reunião estão sendo discutidos aspectos estruturais e reguladores da futura ação do comitê de acompanhamento.

## Calendário de Eventos da UBA – 1998

Março	11/12	Reunião da ALA em Brasília Local: UBA/CNA – Brasília/DF
Abril	01	Reunião plenária da UBA em São Paulo VIII Simpósio Técnico da APA Local: São Paulo/SP
Mai	12/13	Reunião plenária da UBA no Sudeste Conferência APINCO Local: Campinas/SP
Junho	18/19	Reunião plenária da UBA no Nordeste Palestras técnicas e política setorial Local: ACEAV – Fortaleza/CE
(Data a definir)		Reunião plenária da UBA no Sul AVISUL-MERCOSUL Local: Gramado/RS
Agosto	26	Assembléia Ordinária da UBA Local: UBA – São Paulo/SP
Dezembro	03	Reunião plenária da UBA em São Paulo Local: UBA – São Paulo/SP

Obs. – As demais reuniões plenárias mensais serão realizadas na sede de São Paulo/SP, com convocação prévia.

## UBA participa

A UBA vem tendo ativa participação no processo de revisão das alterações no regulamento que estabelece técnicas e normas gerais para inspeção de carne de aves. O trabalho está sendo realizado pelo Ministério da Agricultura (DIPOA), com acompanhamento das principais entidades ligadas ao assunto. A reunião conclusiva está sendo realizada em Porto Alegre neste dia 17 de março. O Ministério da Agricultura já anunciou que pretende implantar as normas revisadas, a partir de abril.

Por solicitação da UBA, as indústrias de carnes de aves colocaram seus técnicos à disposição do Ministério, para participarem do trabalho de revisão.



# As atividades da UBA em 1997

## 1.0- AÇÕES PROPOSTAS

### 1.1- Associativismo

Fortalecimento mostrando a necessidade de maior coesão e contribuição

### 1.2 - Reforma Tributária

Ações junto ao Governo e ao Congresso Nacional

### 1.3 - Sanidade Avícola

A defesa sanitária – Laboratórios - Inspeção federal

### 1.4 - Realização do 15º Congresso Brasileiro de Avicultura

### 1.5 - Outras ações permanentes

Boletim informativo bimestral - ICMS, renovação do convênio 36/92 - Abastecimento de insumos - Previdência Social: INSS, Furrural

## 2.0 - AÇÕES REALIZADAS

### 2.1 - Associativismo

- Reuniões mensais de mercado, alertando-se a avicultura nacional sobre questões de alojamento, mercado interno e externo

- Reuniões itinerantes: Sul (Concórdia-SC, na Embrapa/CNPISA); - Nordeste (Fortaleza/CE, na ACEAV) - Sudeste (Belo Horizonte/MG, na AVIMIG - Centro-Oeste (Brasília/DF, na UBA)

### 2.2 Reforma Tributária

- Divulgação, via boletim informativo, sobre a posição da avicultura brasileira na reforma tributária;

- Remessa (por duas vezes) de subsídios ao Congresso Nacional sobre a tributação de alimentos;

- Painel no 15º Congresso Brasileiro de Avicultura, dando ênfase à discussão do projeto de reforma tributária em tramitação naquela Casa, sobretudo enfocando a tributação de alimentos;

- Articulação com entidades associativas da agropecuária nacional no alinhamento de pontos comuns: CNA, SRB, FUNDPEC, ABIPOS, ABIE, ...

### 2.3 - Sanidade Avícola

- Realização conjunta UBA, Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde e USP, em março, do seminário sobre salmoneloses, cujo trabalho foi encaminhado a todas as autoridades envolvidas, com identificação do problema, ações necessárias e responsabilidade na execução das ações;

- Participação em seminários e debates ligados à sanidade avícola:

Participação no 15º simpósio do CFMV – Conselho Federal de Medicina Veterinária, via Embratel, sobre avicultura brasileira;

- Permanente atuação em Brasília, junto ao Ministério da Agricultura, nas ações do PNSA – Programa Nacional de Sanidade Avícola

### 2.4 - Realização do 15º Congresso Brasileiro de Avicultura, em parceria com ABEF e ANAB, enfocando

- Ministério da Agricultura e do Abastecimento – modelo atual x modelo ideal;

- A defesa sanitária animal: sua nova estrutura, laboratórios e inspeção;

- A tributação de alimentos;

- Qualidade e competitividade de frangos e ovos: mercado nacional;

- Globalização – tendência do comércio mundial de frango para o Século XXI. A posição brasileira nas negociações multilaterais da OMC em 1999.

- Barreiras não tarifárias ao comércio e o protecionismo da União Européia. Frango: um caso na OMC

### 2.5 - Outras ações da UBA

- Boletim informativo bimestral, enfocando questões sobre tributação, comércio internacional e sanidade, posicionando os associados e o Governo em torno de nossa causa;

- Ações junto ao Governo: ICMS – prorrogação do Convênio 36/92, Previdência Social (INSS, Furrural, PIS, Cofins);

- Abastecimento: acompanhamento do abastecimento de milho;

- Participação em diversas reuniões com o Governo, em Brasília e São Paulo;

- ALA – Associação Latinoamericana de Avicultura. Participação do Brasil defendendo a posição latinoamericana de abertura de mercado após o ano 2005;

- Apresentação da avicultura brasileira perante as comissões de Agricultura e de Economia da Câmara dos Deputados.

## Plano de ações para 98

### 1. Acompanhamento da Reforma Tributária

### 2. Sanidade Avícola

Acompanhamento da Reforma da Secretaria de Defesa Agropecuária

Implementação do Programa Nacional de Sanidade Avícola: - Controle de Salmoneloses - Controle de resíduos biológicos - Proteção do consumidor quanto à qualidade

### 3. Promoção das atividades da UBA visando a seu fortalecimento

### 4. Continuação das ações de união do segmento avícola – associativismo

### 5. Preparação do 16º Congresso Brasileiro de Avicultura, programado para outubro de

1999, em Brasília/DF

### 6. Contatos regionais para avaliação e acompanhamento das necessidades locais

### 7. Participação ativa na ALA – Associação Latinoamericana de Avicultura, na defesa dos interesses da avicultura brasileira

### 8. Reestruturação do Banco de Dados da avicultura brasileira

### 9. Continuidade de presença e ações permanentes junto aos governos federal e estaduais no interesse do setor, tais como: abastecimento de insumos, transportes, energia, problemas localizados

### 10. Revisão dos Estatutos da UBA



# Entidades querem ação contra roubos de cargas

Em ofício encaminhado no dia 18 de fevereiro ao governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, a União Brasileira de Avicultura (UBA) e a Associação Brasileira da Indústria de Suínos (ABIPOS) pediram providências que ponham fim aos constantes assaltos praticados contra caminhões frigoríficos que fazem entregas ao comércio varejista na Grande São Paulo.

Em seguida, no dia 2 de março, dirigentes de cinco entidades ligadas ao setor da produção de alimentos – UBA, ABIF, ABIPOS, Sindicame e Sindifrio – foram recebidos em audiência pelo Secretário de Segurança do Estado de São Paulo, José Afonso da Costa. Eles apresentaram três sugestões que, se colocadas em prática, poderão ajudar no combate aos assaltos contra caminhões de cargas.

O documento entregue ao Secretário de Segurança, as cinco entidades revela que durante 1997 foram registrados 1 069 roubos de cargas em São Paulo, sendo que 80% deles ocorreram na região metropolitana. O valor estimado das cargas roubadas durante o ano passado atingiu R\$ 120 milhões e em apenas 7%

dos roubos foi possível recuperar as cargas.

As entidades solicitaram o especial empenho daquela Secretaria no sentido de:

1) Viabilizar o PROCARGA, programa preventivo de redução do roubo de cargas, criado na Secretaria de Segurança em outubro passado, porém ainda não implantado;

2) Apoiar a 2ª DIVECAR, dotando-a das condições necessárias ao cumprimento de suas responsabilidades. Esse apoio (fornecimento de viaturas, aumento do número de investigadores e outras medidas), deve ser completado com a extensão do horário de funcionamento, se possível o dobro do atual;

3) Criar o Disque Denúncia, operante 24 horas por dia, todos os dias da semana, para ajudar na obtenção de informações que levem à elucidação de diversos casos entre os 93% que hoje ficam sem solução.

No ofício ao governador Covas, a UBA e a ABIPOS informam que, dado o número crescente de assaltos, as seguradoras estão se negando a renovar as apólices de seguros de cargas para as transportadoras de alimentos, o que torna o quadro ainda mais alarmante.

## Decreto torna ação judicial desnecessária

A UBA sustou o ingresso da ação judicial que iria mover contra a Prefeitura do Município de São Paulo, com a finalidade de evitar que os veículos transportadores de alimentos perecíveis continuassem proibidos de trafegar no centro expandido da Capital paulista, incluídos que estavam no sistema municipal de rodízio de tráfego de veículos.

A sustação da medida, pela UBA, se deu em virtude da publicação do Decreto Municipal 37 346, que levantou a proibição, no que se refere aos veículos transportadores de alimentos perecíveis. Ficou, assim, plenamen-

te atendido o interesse dos associados, em nome dos quais a UBA vinha realizando conversações com a Prefeitura de São Paulo, mais especificamente com a Companhia de Engenharia de Tráfego, CET.

A inclusão, no sistema de rodízio, dos veículos que transportam alimentos perecíveis, significava sérios transtornos e consideráveis prejuízos para grande número de associados. Em razão disso, a UBA havia sido autorizada, por assembléia geral extraordinária, a ingressar com ação judicial contra a Prefeitura paulistana.

## AGENDA

VIII Simpósio Técnico de  
Produção de Ovos  
1 e 2 de abril/98

Memorial da América Latina – São Paulo  
Informações e inscrições: Associação  
Paulista de Avicultura  
Fone (011) 832-1422

III Simpósio Goiano de Avicultura  
De 15 a 17 de abril/98  
Castro's Park Hotel – Goiânia  
Informações e inscrições: Associação  
Goiana de Avicultura  
Fone (062) 203-3665

Conferência Apinco 98 de Ciência  
e Tecnologia Avícolas  
12 e 13 de maio/98  
Campinas – SP  
Informações: FACTA – Fone (019) 243-  
4758 - E-mail: facta@dglnet.com.br

1ª Exposição Avícola Austral  
De 27 a 29 de maio/98  
Buenos Aires - Argentina  
Informações: Fone (54-1) 342-8811

10ª Conferência Européia de  
Avicultura  
De 21 a 26 de junho/98  
Jerusalem – Israel  
Informações: Fone: (972) 3 514-000  
E-mail: poultry@kenes.com

Salão Internacional das Indústrias  
da Alimentação - ABIA 98  
De 18 a 21 de agosto/98  
Parque Anhembi – São Paulo  
Informações: Fone: (011) 885-0711  
Home page: [www.guazelli.com.br](http://www.guazelli.com.br)

VIV America Latina 98  
De 26 a 28 de agosto/98  
Expo Center Norte – São Paulo  
Informações: Fone: (015) 262-3133  
Fax: (015) 262-3575



# Comissão Especial quer votar em março a reforma tributária

O presidente da Comissão Especial da Reforma Tributária, deputado Paulo Lustosa (PMDB-CE), declarou ao presidente da UBA, Zoé Silveira d'Ávila, que até o final de março pretende colocar em votação o projeto final, elaborado com base nas diversas propostas em exame. O espaço entre os dias 10 e 30 de março seria utilizado para análise e discussão do assunto, inclusive de um projeto substitutivo a ser apresentado pelo deputado Mussa Demes (PFL-PI), e que provavelmente conterá as posições do Governo sobre o assunto.

O presidente da UBA, acompanhado de vários empresários ligados à avicultura, foi recebido na Comissão Especial da Reforma Tributária, no Congresso Nacional, pelos deputados Paulo Lustosa e Luís Roberto Ponte. Lustosa explicou aos visitantes que a comissão não está preocupada em privilegiar um projeto em particular. "Nós preferimos evitar essa controvérsia em torno de qual projeto é o melhor. O que importa é que o texto final a ser votado contenha propostas realmente inovadoras e satisfaça a pelo menos quatro premissas básicas: a simplificação do sistema tributário, a eliminação da sonegação, a redução da economia informal que não gera impostos e, por fim, a desoneração da cadeia produtiva."

O parlamentar destacou, ainda, a necessidade de que seja aprovada uma reforma realmente completa, capaz de atender aos objetivos da sociedade e à necessidade de harmonização com sistemas tributários de outros países, especialmente os do Mercosul. Também não pode gerar tensões e nem quebrar o chamado pacto federativo. "Portanto, não pode ser um simples remendo", ponderou

Paulo Paulo Lustosa, que pretende incorporar ao texto da reforma sua proposta de isentar a cesta básica do pagamento de impostos.

Embora não tenha manifestado preferência por alguma das propostas de reforma que estão sendo analisadas pela comissão, o deputado Paulo Lustosa disse ao presidente Zoé Silveira d'Ávila que o projeto consolidado pelo deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS) atende aos requisitos enumerados como de consenso no âmbito da comissão. O projeto, defendido pela UBA como o mais completo e abrangente apresentado até agora, propõe a substituição dos inúmeros impostos cobrados hoje, por apenas cinco:

- IPC (Imposto sobre Produção ou Consumo), sobre bens como energia, combustíveis, comunicação, veículos, tabacos e bebidas, cobrado no momento da produção.
- IVA e/ou IVV, sobre o consumo dos demais bens.
- ICE (Imposto sobre Comércio Exterior).
- IPI (Imposto sobre a Propriedade Imobiliária).

- ITF (Imposto sobre Transações Financeiras), com alíquota de 0,5%, para financiar a Seguridade Social.

O deputado Paulo Lustosa afirma que está otimista em relação à possibilidade de aprovação

da reforma tributária, ainda este ano. Mas não deixa de notar que, estranhamente, o Governo tem mantido total silêncio em relação ao assunto. Espera que esse silêncio seja rompido com a apresentação do substitutivo do deputado Mussa Demes, cujo conteúdo teria sido elaborado em conjunto com o Ministério da Fazenda.

Lustosa também estranha que, ignorando até mesmo o fato de ser este um ano elei-

toral, algumas importantes entidades e lideranças empresariais venham se limitando a acompanhar de longe - e passivamente - os debates sobre reforma tributária no Congresso Nacional.

## A UBA e a realidade tributária

"Cada vez complicam mais o Brasil. Minha tese é de que temos de simplificá-lo. Mas há o *lobby* da burocracia, que quer cada vez mais complicar, e também o grande *lobby* dos sonegadores. Quanto pior ficar para os que são organizados e pagam impostos, melhor."

"Temos de encontrar um caminho para forçar a simplificação do Brasil, em todos os sentidos, principalmente na área tributária. Na área de alimentos, nem se fala, porque o Brasil é um país de gente pobre. A grande maioria da população é pobre, e a dona de casa, que tem de trabalhar durante o dia e quer preparar um prato mais rápido na hora da refeição, está pagando mais de 30% de impostos. Ou seja, em cada dez pratos de comida, está dando três para o governo."

"Hoje, comparando com a situação tributária do Mercosul, temos de baixar a cabeça, ter vergonha. Estamos em desvantagem."

Zoé Silveira d'Ávila, Presidente da UBA, em pronunciamento no 15º Congresso Brasileiro de Avicultura

**"O que importa é que o texto a ser votado contenha propostas realmente inovadoras."**

# **Proposta de Emenda Constitucional PEC Nº 46/95**

**Síntese da Proposta**

**Modifica o Sistema Tributário Nacional  
e o Financiamento da Seguridade Social**

O Sistema proposto é o fruto do trabalho e das idéias de muitas pessoas, estando as simulações sobre a arrecadação, o embasamento econômico e o claro e justo pacto federativo que ele contempla demonstrados na sua justificação. Este pequeno resumo pretende somente dar uma visão de conjunto dos seus objetivos, da sua estrutura e das suas características principais.

## 1. Objetivos Principais

- Acabar com a sonegação fiscal, independentemente de fiscalização.
- Impor a justiça tributária e o respeito à capacidade contributiva.
- Estabelecer um novo padrão de comportamento ético.
- Fazer um pacto federativo lógico, claro, justo e sem a iniquidade atual.
- Reduzir drasticamente a carga fiscal dos que pagam, sem diminuir a coleta.
- Eliminar a concussão, o privilégio e a perseguição de natureza tributária.
- Reduzir a quase nada o custo da coleta, hoje um desperdício de 5% do PIB.
- Simplificar a tributação, tornando-a transparente e entendida por todos.
- Corrigir as distorções causadas pela alta tributação sobre o salário.
- Extinguir a economia invisível e sua concorrência desleal e predatória.
- Reduzir os tributos na exportação, ampliando sua competitividade.
- Impor, ao bem importado, imposto igual ao que incide naquele aqui produzido.

## 2. A Viabilização dos Objetivos

Os objetivos acima referidos são atingíveis porque: a tecnologia, a informática, a moeda eletrônico-escritural e as características de alguns bens permitem adotar novas bases tributárias e novas formas de mensurá-las, que tornam incontesteável a apuração dos seus valores e geram impostos não sonegáveis, de arrecadação e controle automáticos, com diminuto custo de coleta e obedientes aos bons princípios tributários.

São exemplos desse tipo de imposto:

O Imposto sobre Transações Financeiras – ITF. Um imposto que incide sobre a movimentação bancária, como já testado através do IPMF e da CPMF, tem grande potencial de arrecadação, é singelo, de coleta automática, justo e livre de sonegação.

O Imposto Seletivo sobre os volumes produzidos de alguns bens – IS. Um imposto que incide na fonte produtora, sobre, por exemplo, cada litro de petróleo refinado, cada kw/h de energia gerado, ou cada impulso eletrônico de comunicação

ocorrido, terá sua base tributária medida por aparelhos eletrônicos, com precisão indubitável, consistindo sua fiscalização e controle apenas em leituras e registros das quantidades produzidas, em terminais *on-line* do agente fazendário, e será livre de sonegação. Ele deverá incidir sobre petróleo, energia, comunicações, veículos, tabacos e bebidas, todos bens ou serviços que permitem esse tipo de imposto e que representam cerca de 30% do que gastam as pessoas, se incluído o seu valor embutido nos preços de todos os bens que se produz.

## 3. A Estrutura do Sistema

A partir dessa nova realidade, que passou a ser possível com o progresso tecnológico e as mudanças nos hábitos de consumir e produzir, montou-se a seguinte estrutura constitucional para o Sistema Tributário Nacional (artigos 145 a 162 da

Constituição) e o financiamento da Seguridade Social (artigo 195 da Constituição).

### 3.1 A arrecadação para a Seguridade Social será obtida:

Do ITF, com a incumbência de arrecadar em torno de 5% do PIB, e da Contribuição Social dos segurados – CS, para suas aposentadorias, num montante de mais ou menos 3% do PIB, obtido com uma alíquota de 10% sobre os ganhos até

o teto de contribuição, estimado em dez salários mínimos, valor que coincide com o constante na reforma da Previdência.

Esse total, de 8% do PIB, deverá ser suficiente para o custeio da seguridade social quando se restabelecer o seu correto equilíbrio após a correção das impropriedades dos dispêndios atuais, inclusive com as aposentadorias precoces, que a reforma da Previdência deverá propiciar. Enquanto houver mais necessidade de recursos por causa dessas deformações, esses tributos deverão arrecadar até 10% do PIB, que é o teto fixado, podendo, ainda, se necessário, haver aporte de recursos suplementares através dos orçamentos.

O ITF substituirá:

- a CONFINS,
- a Contribuição sobre a folha,
- a Contribuição para o PIS/PASEP e
- a Contribuição sobre o Lucro.

### 3.2 A Arrecadação para a Federação (União, estados e municípios) será obtida:

- do Imposto Seletivo – IS, com previsão de arrecadação em torno de 15% do PIB;
- do Imposto sobre Comércio

Exterior – ICE, com receita estimada em 0,75% do PIB, e

- do Imposto sobre a Propriedade Imobiliária – IP, com arrecadação avaliada em 1,25% do PIB.

Esse total de 17% do PIB, estima-se que seja suficiente para o Estado, nos três níveis de governo, excluída a seguridade social, cumprir seu papel após corrigidas as distorções atuais e superada a presente fase dos juros absurdos que estão sendo pagos. Enquanto essas deformações persistirem, esses três impostos poderão arrecadar até 20% do PIB, que é o teto estabelecido.

O Imposto Seletivo substituirá:

- o ICMS,
- o IPI,
- o IR (total ou parcialmente),
- o ISSQN,
- o IPVA,
- o ITBI,
- o ITCM,
- o IOF e
- o Salário Educação.

### 3.3 A Flexibilidade Constitucional

O Sistema confere à lei que o regulamentará o poder de fazer com que prevaleçam os tributos e as alíquotas que se mostrarem mais adequados durante a transição de

sua implantação, prevendo, inclusive, a possibilidade de continuar existindo o Imposto de Renda – IR para a improvável hipótese de este vir a ser considerado melhor que o ITF ou indispensável para complementar os recursos necessários à Previdência, assim como prevê, também, a possibilidade da existência de um IVA para a remota hipótese de ele vir a se demonstrar melhor que o Seletivo ou indispensável para complementar os recursos necessários à Federação.

Na configuração final, porém, segundo todas as simulações, deverão existir apenas cinco tributos: o ITF, a CS, o IPC (Seletivo), o ICE e o IP, tendo em vista que somente o Seletivo poderá arrecadar 15% do PIB, para substituir quase todos os atuais tributos, com alíquotas de que resulta um aumento de apenas 25% nos preços, ao consumidor, de energia, combustível e comunicação e nenhum aumento nos preços de veículos, cigarros e bebidas.

A possibilidade de existência do IR e do IVA, como uma rede de proteção, retira qualquer possibilidade de crítica consistente ao sistema com respeito à sua capacidade de arrecadação ou a uma predominância de impostos ainda diferenciados dos existentes na maioria dos países, já que eles poderão suprir, total ou parcialmente, o papel que se espera do ITF e do Seletivo.

## 4. O Pacto Federativo

O Sistema adota o conceito de impostos nacionais, instituídos pela Federação, fiscalizados e arrecadados pela esfera de governo a isso mais vocacionada, todos partilhados entre os níveis de governo e entre os entes sub-nacionais de forma automática e em proporções estabelecidas na Constituição, com controle de organismo nacional de composição federativa, mudando-se a visão equivocada de que a autonomia econômica dos entes sub-nacionais está ligada à capacidade de instituir alguns impostos, quando essa capacidade representa, em média, menos de 30% das suas necessidades míni-

mas, e, para a imensa maioria, menos de 10%.

É proposto que as partilhas automáticas do bolo total entre as esferas de governo, e das parcelas destinadas aos Estados e aos Municípios entre essas unidades sub-nacionais, que devem ser o foco da grande discussão do novo pacto federativo, sejam feitas nas seguintes proporções e forma:

### 4.1 Partição automática do bolo total entre as esferas de governo:

- 34% para a União,
- 40% para os estados,
- 25% para os municípios e

- 1% para as regiões menos desenvolvidas.

### 4.2 Partição automática das parcelas destinadas aos estados e aos municípios:

- 30%, na proporção do imposto pago pela população do estado ou do município,
- 45%, na proporção da população do estado ou do município,
- 5%, na proporção da área territorial do estado ou do município, e
- 20%, conforme critério de futura lei complementar.

## 5. Características Importantes

- Elimina despesas com as estruturas fiscais da União, dos Estados e dos Municípios.
- Suprime os enormes e inúteis gastos burocráticos necessários para a exação fiscal.
- Extingue as dispendiosas e neurotizantes demandas judiciais sobre tributação.
- Retira os tributos e encargos sobre a folha, o que induz a formalização e geração de empregos.
- Racionaliza o consumo de energia, combustível e comunicação pelo aumento do seu custo.
- Termina com as barreiras tributárias nas fronteiras estaduais, o que poupa tempo e recursos.
- Garante a arrecadação necessária, com impostos de sonegação impossível.
- Estabelece teto para a arrecadação, o que impede a hipertrofia do Estado e o desperdício.
- Impõe carga tributária maior sobre bens mais consumidos pelas camadas de maior renda.
- Garante carga tributária menor sobre bens mais consumidos pelos desafortunados.
- Confere carga tributária maior sobre bens cuja redução do consumo traz benefícios à sociedade.
- Fortalece a Federação, pela autonomia econômica, a solidariedade e a justiça fiscal.
- Incentiva a poupança, com a concentração dos impostos sobre o consumo.
- Preserva o meio ambiente, com o aumento de tributos sobre as maiores fontes de poluição.

20 de janeiro de 1998.

Dep. Luis Roberto Ponte